

CCJ aprecia reeleição amanhã

Se for aprovada pela CCJ, proposta deverá ir ao plenário para votação em dois turnos. Autor do parecer, Francelino Pereira prevê que matéria deverá ser votada definitivamente em maio. Página 3



Iris Rezende conclamou todos a se unirem contra "privilégios"



Suplicy quer ouvir a sociedade

Senadores criticam acordo para aprovar a reforma administrativa

Possibilidade de ampliação de teto de aposentadorias de parlamentares e ministros é condenada por Iris Rezende, que recebe apoio de Lauro, Tebet, Levy e Maldaner

Mudança nas MPs entra em pauta na quarta

Plenário pode votar substitutivo de José Fogaça nesta quarta-feira. Casildo Maldaner alertou na sexta-feira que edição em série de MPs está causando "sérios embaraços" à ordem constitucional. Página 3

Plenário decide sobre verba para rodovia

O Senado vota amanhã projeto autorizando o Brasil a contratar operação de crédito externo, no valor de US\$ 450 milhões, destinada à duplicação da rodovia São Paulo-Curitiba-Florianópolis. Na mesma sessão devem ser votadas indicações de novos embaixadores. Página 2

O acordo que teria sido feito entre o governo federal e líderes partidários com o objetivo de ampliar o teto da aposentadoria de parlamentares e ministros, de R\$ 10.800 para até R\$ 21.600, com o objetivo de facilitar a aprovação da emenda constitucional que promove a reforma administrativa, foi criticado sexta-feira por diversos senadores, a partir de um discurso de Iris Rezende (PMDB-GO). Condenaram também o acordo Lauro Campos (PT-DF), Ramez Tebet (PMDB-MS), Levy Dias (PPB-MS) e Casildo Maldaner (PMDB-SC).

Iris Rezende afirmou que os senadores e deputados preocupados com o país "não podem permitir que se vote uma legislação para beneficiar uma elite", e conclamou a união de todos "contra esses privilégios". Ressaltou que um trabalha-

dor comum leva anos para conseguir juntar R\$ 10.800,00, "porém alguns parlamentares acham pouco isso por mês".

Iris Rezende defendeu as aposentadorias parlamentares e de ex-governadores adquiridas por direito, "desde que elas não se acumulem com os vencimentos por exercício de mandato". A seu ver, "em política, mandato eletivo não deve ser encarado como meio de vida, e sim como um sacerdócio".

Levy Dias observou que apenas uma parte dos parlamentares defende o acordo e há uma outra que está lutando para que a proposta não seja aprovada dessa forma. "Essa emenda acabará sendo caracterizada e chamada nacionalmente de a emenda da vergonha", acrescentou.

Ramez Tebet afirmou que, no episódio, "a ética foi violentada em nome do pragma-

tismo de resultado".

Na presidência da sessão, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) sugeriu que a sociedade se manifeste em relação ao assunto através da *Voz do Cidadão*, um serviço prestado pela Secretaria de Comunicação Social do Senado, que atende pelo telefone 0800-61-2211.

NESTA EDIÇÃO

Ronaldo pede ao BB que reveja demissões

Página 4

Jonas apela à Câmara por Lei dos Cultivares

Página 8

Senado vota recursos para duplicar rodovia

Entre as matérias na ordem do dia de amanhã, está também a apreciação de mensagens presidenciais com indicações de embaixadores para as Repúblicas Eslovaca e Maurício

O plenário do Senado vota amanhã (dia 15) projeto de resolução que autoriza o Brasil a contratar operação de crédito externo no valor de US\$ 450 milhões, destinada ao financiamento do Projeto de Duplicação da Rodovia São Paulo-Curitiba-Florianópolis.

No mesmo dia, também serão apreciadas duas mensagens presidenciais de indicação de embaixadores: Oto Agripino Maia para, cumulativamente com a embaixada na África do Sul, chefiar

a missão diplomática brasileira na República de Maurício; e Affonso Celso de Ouro-Preto para ocupar, também, cumulativamente com o cargo de embaixador do Brasil na Áustria, igual função na República Eslovaca.

O plenário votará na mesma sessão requerimento de autoria do senador Francelino Pereira (PFL-MG) propondo que o Senado designe uma Comissão Temporária Externa, composta de três senadores, para representar a Casa no II En-

contro Empresarial das Américas e na III Reunião de Ministros de Comércio das Américas, que serão realizados em Belo Horizonte, de 13 a 17 de maio de 1997.

Apreciará ainda requerimento de autoria do senador José Serra (PSDB-SP) solicitando que, sobre o projeto de lei de autoria do senador Lauro Campos (PT-DF) que aumenta o período máximo de percepção do seguro-desemprego, seja ouvida, também, a Comissão de Assuntos Econômicos.

Homenagem à Academia

O centenário de fundação da Academia Brasileira de Letras (ABL) será lembrado amanhã, pelo Senado, com uma sessão especial a realizar-se às 11h. A homenagem foi requerida pelos senadores Joel de Hollanda (PFL-PE) e Gilberto Miranda (PFL-AM).

Agenda do Dia

PLENÁRIO

14h30 - Sessão não deliberativa do Senado

PREVISÃO DE TRABALHOS

PLENÁRIO

Terça-feira (15.04.97)

11h - Sessão Especial

Pauta: Homenagem ao centenário da Academia Brasileira de Letras.

14h30 - Sessão ordinária deliberativa do Senado

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: ***Requerimento nº 217/97**, que solicita a designação de uma Comissão Temporária Externa, composta por três senadores, para representar o Senado no II Encontro Empresarial das Américas e na III Reunião de Ministros de Comércio das Américas, eventos que serão realizados em Belo Horizonte, de 13 a 17 de maio de 97; ***Projeto de Resolução nº 39/97**, que autoriza o Brasil a contratar operação de crédito externo no valor de US\$ 450 milhões, destinada ao financiamento do Projeto de Duplicação da Rodovia São Paulo-Curitiba-Florianópolis; ***Pareceres nºs 111 e 111-A/97**, sobre a Mensagem nº 58/97, pela qual o presidente da República submeteu à deliberação do Senado a escolha de Paulo Dyrcau Pinheiro e Arthur Barriounevo Filho para compor o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

Quarta-feira (16.04.97)

14h30 - Sessão ordinária deliberativa do Senado

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: ***PDL nº 110/96**, que aprova o texto do Acordo-Quadro sobre a Cooperação nos Usos Pacíficos do Espaço Exterior, celebrado entre o Brasil e os Estados Unidos da América, em Brasília, em 1º.03.96; ***PDL nº 12/97**, que aprova o texto do Acordo-Quadro sobre a Cooperação em Aplicações Pacíficas de Ciência e Tecnologia Espaciais, celebrado entre o Brasil e a Argentina, em Buenos Aires, em 09.04.94; ***PDL nº 17/97**, que aprova o texto do Acordo sobre Segurança Técnica Relacionada ao Desenvolvimento Conjunto dos Satélites de Recursos Terrestres, celebrado entre o Brasil e a China, em Beijing, em 13.12.95; ***Projeto de Resolução nº 10/95-CN**, que institui o Prêmio Ulysses Guimarães do Mérito Democrático; e votação em primeiro turno das ***PECs nºs 1, 4, 11, 20, 65/95 e 7/97 (tramitam em conjunto)**, que tratam da adoção de medidas provisórias.

Quinta-feira (17.04.97)

14h30 - Agenda em aberto

Sexta-feira (18.04.97)

9h - Sessão não deliberativa do Senado

COMISSÕES

Terça-feira (15.04.97)

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Discussão e votação da ***PEC nº 04/97**, que trata da reeleição do presidente da República, governadores e prefeitos. Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa

17h - Comissão de Educação

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: ***PLS nº 94/96 (terminativo)**, que regulamenta a publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos; ***PLS nº 131/96 (terminativo)**, que dispõe sobre a língua brasileira de sinais; ***PLC nº 63/96 (não terminativo)**, que dispõe sobre a transferência de recursos federais destinados aos programas de alimentação escolar e do livro didático e ao programa do leite; e ***PLC nº 14/96 (não terminativo)**, que dispõe sobre a proteção da propriedade intelectual de programa de computador, e sua comercialização no país. Sala 15 - Ala Senador Alexandre Costa

Quarta-feira (16.04.97)

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: ***PEC nº 53/95**, que acrescenta parágrafos ao art. 14 da Constituição, dispondo sobre a ação de impugnação de mandato eletivo; ***PEC nº 47/95**, que institui a Justiça Agrária; ***PEC nº 12/91**, que cria o Conselho Nacional de Justiça; ***PEC nº 46/95**, que dispõe sobre o tratamento tributário dispensado aos produtos integrantes da cesta básica; ***PEC nº 35/96**, que regula a disciplina partidária; e ***PEC nº 42/95**, que dispõe sobre a competência privativa da Câmara dos Deputados para ter a iniciativa de leis que instituem ou aumentem impostos. Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa

11h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Audiência pública com a participação do presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros, desembargador Paulo Geraldo de Oliveira Medina, que fará exposição sobre a PEC nº 54/95, que institui efeito vinculante de decisões sumuladas do STF. Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa

17h - Comissão de Fiscalização e Controle

Pauta: Marcação do dia e horário das reuniões da comissão; e discussão geral sobre o plano de trabalho para o biênio 97/98. Sala 07 - Ala Senador Alexandre Costa

Comissão de Justiça aprecia amanhã emenda da reeleição

Segundo a proposta, presidente da República, governadores e prefeitos podem concorrer para um único período subsequente

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) deve votar amanhã o parecer favorável do senador Francelino Pereira (PFL-MG) à proposta de emenda constitucional que prevê a reeleição de presidente da República, governadores e prefeitos. O parecer foi apresentado na última terça-feira (dia 8), mas um pedido de vista coletivo adiou a votação para esta semana.

Francelino acatou em seu parecer o texto aprovado pela Câmara dos Deputados. De acordo com a proposição, o presidente da República, os governadores, os prefeitos e quem os houver sucedido podem concorrer à reeleição para um único período subsequente.

A proposta altera também a data das eleições majoritárias, determinando a realização do primeiro turno no primeiro domingo de outubro do ano anterior ao término do mandato, e



Francelino Pereira

do segundo turno, se houver, no último domingo de outubro. Com isso, o espaço de tempo entre os dois turnos, nas eleições de 1998, será reduzido de 43 para 21 dias.

Se a proposta for aprovada na CCJ, ela irá a votação no plenário. A matéria terá de ser votada em dois turnos pelo plenário e, de acordo com a previsão de Francelino Pereira, deverá estar definitivamente apreciada em maio.

PUBLICIDADE

A Comissão de Educação vota amanhã projeto de lei que dispõe sobre proteção da propriedade intelectual de progra-

ma de computador. Será apreciado também projeto de lei regulamentando a publicidade dos órgãos públicos.

Nesta quarta-feira (dia 16), a Comissão de Justiça discute várias propostas de emenda à Constituição, entre elas, a que institui a Justiça Agrária e a que dispõe sobre o tratamento tributário dispensado à cesta básica. A CCJ também prossegue à série de audiências com o objetivo de instruir o exame da proposta do senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB) que institui o efeito vinculante para decisões sumuladas do STF. Os senadores debaterão o assunto com o presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros, Paulo Geraldo Medina.

A Comissão de Fiscalização e Controle também discute nesta quarta-feira o calendário das suas reuniões e o plano de trabalho para o biênio 1997/98.



Casildo Maldaner

Maldaner aponta abuso na edição de medidas provisórias

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) criticou sexta-feira, em plenário, a crescente atuação do Executivo como legislador, através de medidas provisórias. Ele entende que a edição em série de MPs "está criando sérios embarços à ordem constitucional", já que, acentuou, assim agindo o Executivo usurpa competências do Legislativo, "que acaba se transformando em mera instância homologatória".

Para o senador, "seja na briga com o Judiciário, seja nas freqüentes refregas com o Legislativo", o Executivo quase sempre consegue passar para a opinião pública, através da mídia, "a impressão de que esses dois Poderes são apenas empecilhos ao desenvolvimento do país, e, ainda, que as reformas fiscal, administrativa e previdenciária são verdadeiras fórmulas salvadoras - o que é uma inverdade".

Casildo Maldaner disse que em 17 meses de governo, após a Constituinte, o presidente José Sarney editou 125 MPs, média de 7,35 ao mês; a média de Fernando Collor foi de 3,2; a de Itamar Franco chegou a 5,2 ao mês; e Fernando Henrique editou 77 medidas provisórias (2,85 ao mês) e reeditou 1.125 outras (em 27 meses), o que dá uma média de 41,66 ao mês.

Segundo Maldaner, parte da culpa por essa situação é do próprio Legislativo, que não nega a admissibilidade e não vota essas medidas, muitas delas sem nada de urgente ou relevante.

Novas regras para MPs devem ser votadas nesta quarta pelo plenário

O plenário do Senado deve votar nesta quarta-feira (dia 16), em primeiro turno, o substitutivo do senador José Fogaça (PMDB-RS) às propostas de emenda à Constituição que definem novas regras para edição e apreciação de medidas provisórias. O substitutivo amplia de 30 para 60 dias a vigência da medida provisória. Findo o prazo de tramitação, a MP será colocada em regime de urgência na ordem do dia da Câmara dos Deputados ou do Senado.

Determina, ainda, que o Executivo comunicará ao Congresso Nacional, 48 horas antes de sua publicação, a adoção de medida provisória, além de vedar a reedição sempre que o Congresso Nacional aprovar decreto legislativo declarando a cessação de sua eficácia e disciplinando a garantia dos atos jurídicos realizados durante a sua vigência.

Conforme o substitutivo de Fogaça, o exame das medidas provisórias passará a ser feito por uma comissão mista, composta de 17 senadores e igual



José Fogaça

número de deputados, que funcionaria nos moldes e com o mesmo suporte da Comissão Mista de Orçamento. Com isso, se evitará que a cada edição de uma MP seja criada uma comissão mista.

Benedita quer direitos humanos na formação policial

Senadora defende também sistema de proteção de testemunhas para viabilizar judicialmente denúncias de violência e assim processar os que se desviarem de suas funções



Lauro Campos

Lauro Campos condena doutrina do Estado mínimo

Lauro Campos (PT-DF) disse sexta-feira que, apesar da grave crise social por que passa o Brasil, a prioridade real do governo "é o capital, o dinheiro", e não o atendimento às necessidades básicas do cidadão. A seu ver, a situação dos brasileiros reclama a presença de instituições que possam fornecer proteção, saúde e previdência aos mais fracos, quando, ao contrário, "impera no país a doutrina do Estado mínimo".

O senador criticou o abandono em que se encontram as instituições educacionais do país. Ele disse que não pode ser otimista quando vê as universidades brasileiras degradarem-se. Como exemplo, citou a si mesmo, que teve o seu salário de professor reduzido a um quarto do valor que tinha em 1976. "Vou lutar para que não me retirem essa aposentadoria, que ganhei com honrabilidade, com dignidade e que agora querem me tomar", garantiu.

Lauro Campos entende que os cortes de verba que a seu ver têm prejudicado a Rede Sarah de Hospitais fazem parte "de uma política deliberada do governo federal de destruição do sistema público de saúde". Conforme afirmou, o Sistema Único de Saúde incorporou a lógica de mercado, que privilegia os hospitais privados em detrimento de maiores investimentos na rede pública.

A senadora Benedita da Silva (PT-RJ) pediu a aprovação de projeto de lei de sua autoria que institui o estudo dos direitos humanos na formação policial. A seu ver, a ignorância e o desrespeito aos princípios básicos dos direitos humanos previstos na Constituição são uma das causas da violência policial no país.

Benedita defendeu, também, a criação de um sistema de proteção das testemunhas para viabilizar judicialmente as denúncias de violência policial e assim processar os policiais que se desviarem de suas funções. Ela é a favor da transferência, para a Justiça comum, da competência para julgar os crimes cometidos por policiais.



Benedita da Silva

- É necessário dar mais apoio às corregedorias das polícias, para aumentar o controle interno das atividades policiais. Quanto ao controle externo, é essencial a ampliação do papel do Ministério Público para fiscalizar, denunciar e processar os policiais que se desviarem de suas funções - acrescentou.

Segundo Benedita da Silva, a violência policial ocorrida em Diadema e na Cidade de Deus é corriqueira em todo o país. "É uma rotina institucionalizada na sociedade e dirigida contra o pobre, o negro, as crianças e adolescentes desassistidos. Eles são vitimados duplamente, pela injustiça social e pela violência dos policiais", afirmou.



Valmir Campelo

Valmir destaca seminário da Escola de Pais

O senador Valmir Campelo (PTB-DF) destacou sexta-feira a realização, nos dias 25 e 26 deste mês, em Brasília, do Quinto Seminário Internacional da Escola de Pais do Brasil, que abordará a questão "Pais e Filhos: investindo com amor na família do século XXI".

Valmir informou que a Escola de Pais está filiada à Federação Internacional para a Educação dos Pais, que tem sede em Paris, e faz parte da Federação Latino-Americana da Escola de Pais. No Brasil, é reconhecida como de utilidade pública e tem registro social no MEC.

Segundo o senador, a Escola de Pais é uma sociedade civil sem fins lucrativos. De origem cristã, foi criada em São Paulo, em 1963, por iniciativa da Madre Inês de Jesus, e divulgada às famílias brasileiras pelo padre Lionel Corbeil, educador emérito e seu presidente de honra.

Valmir disse que a Escola de Pais executa um trabalho preventivo de apoio à família para a compreensão do papel da paternidade e da maternidade. Promove o estudo do mundo em constante mudança e a obtenção de conhecimentos básicos de psicopedagogia e técnicas educativas, com o propósito de reformular conceitos e melhorar a qualidade da convivência entre pais e filhos.

Ronaldo critica demissões do Banco do Brasil na Paraíba

O senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB) criticou o anúncio de demissão de 49 servidores do Banco do Brasil na Paraíba. Segundo o senador, a Federação dos Empregados em Estabelecimentos Bancários no Estado da Paraíba argumenta que a diretoria da instituição não está respeitando a imunidade sindical de alguns bancários que ocupam cargos em suas representações classistas.

- Ao reclamar humanidade e justiça, os sindicalistas paraibanos chamam a atenção para que o Brasil não venha, a pretexto da globalização econômica, sacrificar seu povo. Até quando desempregados, sem-terra, e sem-teto, passarão ao largo de nossos



Ronaldo Cunha Lima

economistas? - indagou. Na opinião de Ronaldo Cunha Lima, o Banco do Brasil foi concebido como um instrumento de execução da política econômica do governo, devendo oferecer, principalmente às regiões menos favorecidas, mecanismos capazes de reverter seu estado de desenvolvimento. "O banco não pode se prestar a um instrumento de assombração", disse.

CPI DOS PRECATÓRIOS

Suplicy propõe medidas de controle na emissão dos títulos públicos

Sugestões constam das respostas que o senador deu ao questionário a ele enviado pelo presidente da comissão, Bernardo Cabral

Eduardo Suplicy (PT-SP) sugeriu sexta-feira alterações na legislação como forma de aperfeiçoar o processo de exame, pelo Banco Central e pelo Senado, dos pedidos de emissão de títulos públicos, autorização de financiamentos ou rolagem de dívidas.

Suplicy é favorável à adoção de leilões eletrônicos, abertos a todo o mercado financeiro, procedimento esse já adotado para os títulos federais. Ele sugeriu, também, que os tribunais de Justiça informem ao Legislativo, num prazo máximo de 30 dias, o montante exato por eles reconhecido como débito do poder executivo local.

Outra medida necessária, no entender do senador, refere-se ao impedimento de análise,

pelo plenário do Senado, em regime de urgência, de matérias versando sobre autorização para contrato de crédito, empréstimo ou emissão de títulos, sem que o assunto tenha sido previamente apreciado pela comissão competente.

Suplicy quer eliminar, da legislação tributária, artigo que extingue a imputação criminal quando o sonegador quita seu débito para com a Receita Federal, antes de denunciado à Procuradoria Geral da República.

Essas sugestões estão contidas nas respostas ao questionário que lhe foi encaminhado pelo presidente da CPI dos Precatórios, Bernardo Cabral (PFL-AM), sobre sua participação na Comissão de Assuntos

Econômicos do Senado, quando da aprovação de pedidos de emissão de títulos públicos para pagamento de precatórios, agora investigados. Suplicy, a quem coube relatar solicitação da cidade de Campinas (SP), esclareceu que, antes de tornar o documento público, entregou-o à CPI.

SIGILO

Eduardo Suplicy afirmou não ter dúvidas de que o Supremo Tribunal Federal decidirá pela quebra do sigilo telefônico de Pedro Neiva, ex-funcionário da prefeitura de São Paulo e auxiliar do ex-coordenador da Dívida Pública do município, Wagner Ramos, acusado de envolvimento nas irregularidades verificadas pela CPI dos Precatórios.

Emília nega intenção de fazer escuta telefônica de conversas de Pedro Neiva

A senadora Emília Fernandes (PTB-RS) disse sexta-feira que, em nenhum momento, a CPI dos Precatórios pretende realizar escuta telefônica a fim de saber o teor das conversas do ex-funcionário da prefeitura de São Paulo Pedro Neiva, um dos implicados na investigação realizada sobre emissão de títulos públicos para pagamento de precatórios. Neiva conseguiu no Supremo Tribunal Federal medida para liminar protegendo-o contra a quebra do seu sigilo telefônico.

Emília enfatizou que a CPI pretenda apenas conhecer os contidos desses telefonemas, estando já informada, mediante rastreamento de outras con-

tas telefônicas, de várias ligações de empresas envolvidas no esquema para o telefone celular de Pedro Neiva. "O que se rastreou até agora foi apenas quem ligou para ele", explicou a senadora, acrescentando que, em sua opinião, o Supremo Tribunal Federal reverá a decisão de impedir a CPI de quebrar esse sigilo.

- Nós não acreditamos que o desejo do STF seja diferente do desejo do Senado Federal. É evidente que todos desejam que se chegue a conclusões rápidas e objetivas sobre esse esquema de lançamento de títulos para

pagamento de precatórios.

Para Emília Fernandes, o importante é observar que o STF concedeu apenas uma medida liminar em favor de Neiva, precisando ainda conhecer os fundamentos da decisão da CPI. "Com certeza, o tribunal deverá rever essa decisão, reconhecendo que, nas investigações, temos poderes para rastrear ligações telefônicas." Ela disse esperar que a atitude de Pedro Neiva "não sirva de exemplo para os outros envolvidos, até porque há indícios fortes de que ele participou das irregularidades".



Emília Fernandes

Conheça os poderes da comissão

Uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), no exercício das suas atribuições, tem poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, podendo realizar as diligências que julgar necessárias, como convocar ministros de Estado; tomar o depoimento de qualquer autoridade; inquirir testemunhas, sob compromisso; ouvir indiciados; requisitar, de órgão público, informações ou documentos de qualquer natureza; e requerer ao Tribunal de Contas da União (TCU) a realização de inspeções e auditorias.

Para se criar uma CPI, um terço dos membros do Senado deve apresentar um requerimento em que serão determinados os fatos a serem apurados; o número de integrantes; o prazo de duração da comissão; e o limite das despesas a serem realizadas. Não se admitem comissões parlamentares de inquérito sobre matérias relativas à Câmara dos Deputados, às atribuições do Poder Judiciário e aos estados.

Ao término de seus trabalhos, a CPI enviará à Mesa, para conhecimento do plenário, seu relatório e conclusões. A comissão poderá concluir seu relatório por projeto de resolução, se o Senado for competente para deliberar a respeito. E encaminhará suas conclusões, se for o caso, ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.

Campos sugere divulgação do Brasil a investidor

Idéia do senador é criar uma agência informativa que motive a comunidade internacional a aplicar no país, retirando-o da posição "modesta" na captação de recursos do exterior



Mauro Miranda

Mauro solicita a conclusão de obras na BR-153

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) apelou às bancadas federais de Goiás, Minas Gerais e Tocantins para pressionar o governo federal, visando dar maior rapidez às obras de recuperação da BR-153, "que tem um movimento diário de 10 mil veículos na direção de São Paulo e do Tocantins".

Mauro afirmou que essas obras significam "um passo importante para agilizar o escoamento da produção crescente do Centro-Oeste", lembrando que são parte de um processo fundamental para a complementação da infraestrutura de transportes da região, que tornou possível a duplicação do eixo Goiânia - Anápolis e a instalação do poliduto São Paulo - Brasília.

A grande obra sonhada por goianos, tocantinenses e mato-grossenses é o projeto de duplicação do trecho principal da BR-153, que vai garantir a ligação rápida com São Paulo. A pista dupla permitirá que se saia de São Paulo de manhã para chegar em Goiás antes do almoço - disse.

Mauro Miranda mencionou ainda a precariedade das condições do trecho rodoviário entre Hidrolândia e Piraçuaba, onde se registra grande número de acidentes e de congestionamentos, nos feriados e fins de semana.

A criação de uma agência oficial para divulgar informações sobre o Brasil, para investidores estrangeiros, foi defendida pelo senador Júlio Campos (PFL-MT). Para ele, muitos dos investidores são afugentados por não dispor de dados confiáveis ou coerentes a respeito da continuidade da política cambial e dos programas de estabilização econômica e de privatização.

Júlio Campos disse que, apesar do aumento dos investimentos externos diretos no



Júlio Campos

país - um total de US\$ 3,2 bilhões, em 1995 -, o Brasil ainda tem sido "modesto" na captação de recursos. O senador informou que os recursos voltados para investimento externo, no mundo, totalizaram

US\$ 223 bilhões em 1995. Porém, a parcela destinada ao Brasil foi inferior a 1,5%.

Para Júlio Campos, a criação da agência motivaria a comunidade internacional a investir no país, que - disse ele - possui perspectivas internas promissoras. Campos afirmou que a indústria automobilística apresenta uma demanda reprimida e que os setores de comunicações e de energia, abertos ao capital estrangeiro, poderiam absorver investimentos de até US\$ 102 bilhões por ano.

Hollanda apóia o fim dos oligopólios de combustíveis

O senador Joel de Hollanda (PFL-PE) manifestou na sexta-feira incondicional apoio à decisão do Ministério de Minas e Energia de permitir que os postos de revenda de combustíveis adquiram o produto de qualquer distribuidora. Para ele, o ministro Raimundo Brito tomou uma decisão histórica, que contribuirá efetivamente para um mercado concorrencial no país.

Na opinião do senador, a possibilidade de os revendedores escolherem as distribuidoras que mais atendam a seus interesses beneficiará o consumidor final, pois "a tendência é o desaparecimento de lucros extraordinários decorrentes de exploração monopolística ou oligopolística".

A decisão, reiterou Joel de Hollanda, rompe com o mercado cativo de cinco grandes distribuidoras, que

partilham entre si a venda de combustíveis para 93% dos 25 mil postos revendedores, enquanto cerca de outras 50 distribuidoras dividem apenas 7% do total desse mercado.

Numa história econômica marcada por reservas de mercado, monopólios, oligopólios, concorrências imperfeitas e manipulações de preços, o Brasil precisa exatamente de medidas como as adotadas pelo Departamento

Nacional de Combustíveis, do Ministério de Minas e Energia, afirmou. Entre elas, Hollanda aponta a redução da interferência governamental nas operações comerciais dos agentes do sistema de distribuição de combustíveis; a eliminação de ressarcimentos e subsídios aos fretes; a desqualificação do preço do diesel e a gradual liberação de preços.



Joel de Hollanda

Atenção, usuários de antena parabólica, repetidoras e operadoras de TV a cabo

Informações para recepção do sinal da TV Senado

Satélite - B1
Transponder - 1 BE
 (Banda Estendida), **Polarização: Vertical**
Frequência TX (Banda - C) - 5869,40 Mhz
Frequência RX (Banda - C) - 3644,40 Mhz
Frequência RX (Banda - L) - 1505,60 Mhz
Antena - 3,6 m
LNB - Temperatura 25 k (Amplificador de Baixo Ruído)
Receptor de Vídeo/Áudio Digital
NTSC Spectrum Saver
- Modelo: N6S
Integrated Receiver/Decoder (IRD)
Fabricante: CLI
 (Compressed Digital Vídeo)
Fornecedor: COMSAT
 - Fone (019) 772 9600
Obs.: Fixar o Data Rates em 6,6 Mb/s.

CENTRO-OESTE

Ramez Tebet defende política regional

Com críticas à extinção da Sudeco, senador diz que BNDES não consegue aplicar em nenhum projeto em Mato Grosso do Sul, devido à ausência de uma agência de desenvolvimento

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) cobrou sexta-feira do governo a adoção de uma rápida e eficiente política de desenvolvimento regional para o Brasil, sobretudo para o Centro-Oeste. Ele criticou a extinção da Superintendência para o Desenvolvimento do Centro-Oeste, a Sudeco, no governo Collor, e disse que sua região, "que pode prestar relevante contribuição ao país", é a única que não



Ramez Tebet

tem uma agência de desenvolvimento.

Tebet informou que o BNDES não consegue, em

Mato Grosso do Sul, aplicar em nenhum projeto, devido à ausência de uma agência de desenvolvimento. O senador afirmou que uma agência no Centro-Oeste poderia superar "as restrições de ação pouco abrangente e acanhada que tem hoje o Fundo Constitucional".

- Com uma agência bem montada, poderiam ser deslançados programas coerentes e contínuos de reforço

da infra-estrutura, de industrialização, de apoio à agropecuária, de ocupação do território regional, de educação, de tecnologia. Poderia, finalmente, ser resolvida a questão vital do nível adequado de juros nos financiamentos aos setores produtivos - observou.

Tebet foi apoiado, em apertes, pelos senadores Jefferson Peres (PSDB-AM), Beni Veras (PSDB-CE) e Iris Rezen-de (PMDB-GO).

Levy reivindica que indústrias locais participem de obra do gasoduto

Levy Dias (PPB-MS) fez sexta-feira um apelo para que os gestores do projeto de construção do gasoduto Bolívia-Brasil, que terá extensão de mais de 3 mil quilômetros e custo previsto de US\$ 2 bilhões, levem em conta, na contratação dos serviços, a contribuição que poderá ser dada pela indústria de Mato Grosso do Sul na execução da obra.

Neste sentido, Levy Dias ressaltou a preocupação do Sindicato da Indústria da Construção Civil do estado (Sinduscon), pelo fato de não ter sido consultado sobre sua capacidade instalada, nem sobre a tecnologia disponível em Mato Grosso do Sul, apesar de a conclusão do primeiro trecho do gasoduto, até São Paulo, estar prevista para o final de 1998.

Conforme o senador, o proje-

to está sendo conduzido pela Petrofertil e pelo Consórcio BTB, composto por um grupo de empresas internacionais, além de investidores privados brasileiros. O trecho do gasoduto no Brasil absorverá a maior parte dos recursos destinados à obra, ou seja, US\$ 1,6 bilhão, que já têm financiamento do BNDES e agências de crédito e exportação.

Levy Dias salientou, ainda, que o projeto do gasoduto prevê não só a exploração, como também o transporte e o uso final do produto. Além de ser economicamente justificável, o senador considera o empreendimento conveniente para o setor produtivo, pois, segundo ele, "proporcionará a retomada do crescimento e a conseqüente modernização desejada".



Levy Dias

Lúdio resume dificuldades que Mato Grosso do Sul atravessa

Em balanço feito sexta-feira sobre dificuldades a serem enfrentadas por Mato Grosso do Sul, seu estado, o senador Lúdio Coelho (PSDB) destacou a isenção do ICMS para as exportações, os cortes orçamentários na área do DNER e, de modo geral, os problemas por que passa a agricultura brasileira. Apesar disso, ele manifestou sua convicção de que "tudo vai dar certo".

Segundo o senador, desde a criação de Mato Grosso do Sul, o estado não recebeu o apoio federal necessário, e por isso os sucessivos governadores tiveram que aplicar recursos próprios para garantir a instalação de uma infra-estrutura mínima. Até mesmo rodovias federais foram assumidas pelas administrações estaduais, disse.

A isenção do ICMS para as exportações prevista na Lei Kandir, na opinião de Lúdio Coelho, prejudicará o estado devido a uma metodologia de cálculo do ressarcimento que "não corresponde à realidade".



Lúdio Coelho

Por outro lado, disse, é preocupante o anúncio de que o governo fará cortes orçamentários na área do DNER, pois Mato Grosso do Sul depende muito de condições adequadas de transporte para a produção agrícola.

Lúdio Coelho salientou que essas restrições acentuam a dificuldade de competição da agricultura brasileira no mercado internacional, dado que os países desenvolvidos subsidiam fortemente a sua produção agrícola, principalmente a destinada à exportação. No Brasil, "não há subsídio ao produtor nem às exportações", sobretudo após a implantação do Plano Real, comparou.

Jonas pede à Câmara que vote com urgência Lei dos Cultivares

Projeto precisa ser sancionado até o próximo dia 28 para que o Brasil possa aderir a convenção internacional, explica senador

O senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) dirigiu sexta-feira apelo à Câmara dos Deputados para que aprecie rapidamente as modificações propostas pelo Senado ao projeto que cria a Lei de Proteção de Cultivares, aprovado na quinta-feira pelo plenário da Casa.

Ele explicou que o presidente da República precisa sancionar esse projeto até o próximo dia 28, para permitir ao Brasil aderir à Convenção de 1978, da União Internacional para a Proteção de Obtenções Vegetais, durante reunião que



Jonas Pinheiro

o organismo realizará na Suíça, dia 29 de abril.

Jonas Pinheiro, que foi o relator da matéria na Comissão de Assuntos Econômicos, considera que a entrada em vigor da nova lei trará amplos benefícios ao país, tanto do ponto de vista

do relacionamento com a comunidade internacional como do desenvolvimento interno.

A adoção da Lei de Proteção de Cultivares provocará um incremento nos níveis de investimento, principalmente no setor privado, tendo como consequência o desenvolvimento de novos cultivares mais adaptados às exigências do momento atual - garantiu o senador, que prevê, também, a criação de novos empregos e o aumento da disponibilidade de novos cultivares melhorados para os agricultores.

Jefferson aplaude medidas que presidente adota na Amazônia

A visita de três dias do presidente da República à Amazônia, iniciada na sexta-feira, foi destacada pelo senador Jefferson Peres (PSDB-AM). Ele disse que Fernando Henrique não foi àquela região "de mãos vazias para fazer apenas promessas", e registrou as inaugurações previstas para a viagem, rebatendo as críticas de que o presidente apenas cuida da estabilização da moeda.

Segundo o senador, o presi-

dente iria inaugurar e anunciar em Boa Vista (RR), Porto Velho (RO) e Manaus (AM) obras e serviços da maior importância para o desenvolvimento da Amazônia: a liberação de recursos para a conclusão do asfaltamento da BR-174, que liga Manaus a Caracas, a publicação do edital de licitação das linhas de transmissão que conduzirão energia da hidrelétrica de Curi, na Venezuela, para Boa Vista e outras cidades de Roraima, o ter-



Jefferson Peres

minal graneleiro de Itacoatiara (AM) para escoamento da soja produzida em Mato Grosso, o terminal graneleiro de Porto Velho e a última etapa da hidrelétrica de Samuel.

A SESSÃO DE SEXTA-FEIRA DO SENADO FEDERAL FOI PRESIDIDA PELOS SENADORES ANTONIO CARLOS MAGALHÃES, NABOR JÚNIOR, GERALDO MELO, VALMIR CAMPELO E LEVY DIAS

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães - **1º Vice-Presidente:** Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Júnia Marise - **1º Secretário:** Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio - **3º Secretário:** Flaviano Melo
4º Secretário: Lucídio Portella
Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúdio Coelho - Joel de Hollanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Senado na Internet - <http://www.senado.gov.br>

O *Jornal do Senado* é distribuído também nos vãos da Vasp, Varig, Transbrasil e Líder que saem de Brasília

Jornal do Senado

Órgão do Senado Federal (Ato da Comissão Diretora nº 20, de 1996)
 - **Endereço:** Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 15º e 16º andares, CEP 70165-920 - **Telefones:** (061) 311-3331 - 311-3333 - 311-3335 e **Fax:** 311-3137 - Brasília - DF

Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos
Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso
Diagramação: Sérgio Luiz e Wesley Carvalho
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Jane Araújo e Júlio Essuy
Revisão: Lindolfo Amaral, Fernando Varela e João Ribeiro
 Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.